**E S T U D O T É C N I C O P R E L I M I N A R**

Gestora da contratação: Ivoni Kanaan Nabhan Pelegrinelli – Secretária Municipal de Saúde

Fiscal dos termos de Credenciamento: Ramão Lino Guerreiro

OBJETO: Credenciamento de Profissionais Médicos, Enfermeiros e Técnicos em Enfermagem

**DO RELATÓRIO**

Importante registrar que o presente relatório está sendo formalizado a partir de orientações recebidas em capacitações viabilizadas pelo município e que a equipe provisória foi nomeada através da Portaria nº. 038/2020 considerando que a implementação de forma sintetizada e padronizada está em fase de implantação, devendo os procedimentos serem alterados/melhorados conforme o desenvolvimento dos trabalhos.

A Comissão Especial de Credenciamento, que também auxiliou com informações necessárias ao desenvolvimento dos presentes estudos, foi nomeada através da PORTARIA Nº 003/2020 e é composta pelos seguintes membros:

I - André de Assis Voginski - Matrícula 2386-1 - Chefe Departamento I – Membro; Sanderson Contini de Albuquerque - Matrícula 1330-1 – Assistente de Administração – Membro; Rafael Douglas de Oliveira Vilhalba - Matrícula 2964-1 - Chefe Departamento II – Membro; II - Jair Brandt - Matrícula 2532-1 - Enfermeiro – Suplente; Adriana Alves dos Santos - Matrícula 1376-1 - Assistente de Administração – Suplente; Nilson Marques Gonçalves - Matrícula 2699-1 - Atendente de Saúde – Suplente;

**DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A contratação de profissionais na area da saúde vem ensejando uma série de alterações em relação as metodologias anteriores porquanto implica numa obrigação contínua e ininterrupta do município, independentemente da sua estrutura e capacidade técnica e estrutural, considerando inclusive (e principalmente) que os profissionais médicos não tem interesse nas vagas efetivas que os prendem a expedientes integrais e por salários muitas vezes que não justificam a instalação de residências em municípios de pouco público para as clínicas particulares, o que resulta na necessidade da contratação pela via especial.

Quanto aos demais profissionais da área da saúde ora credenciados, ressaltamos a inexistência de vagas no quadro ou de concurso vigente, o que justifica a contratação pela via do credenciamento, até que possamos estruturar um novo concurso no município.

Essa realidade (comum a outras cidades de igual problemática) levou a administração a repensar a forma de contratação e a partir do credenciamento anterior orientou ao estabelecimento de novas regras e critérios para o credenciamento destes profissionais.

A saúde é uma obrigação dos entes públicos, consistindo em um serviço garantido constitucionalmente e ininterrupto.

Nesse sentido, a contratação de profissionais para garantir a operacionalização deste direito da população e obrigação do município, resta indiscutível.

Da mesma forma temos que a via do concurso restando inviabilizada, também o procedimento licitatório denota experiência que não tem dado muito certo, inclusive em municípios das proximidades, pois, não atende da melhor forma a demanda necessária, deixando a administração nas mãos de empresa que detenha a mão de obra na íntegra, dificultando a concorrência e participação global.

O credenciamento vem se mostrando ideal para o atendimento do objeto ora estudado, consistindo em uma experiência que tem dado certo no nosso Estado, vez que, a todo momento, os interessados podem se credenciar (ainda que ocorram descredenciamentos constantes), e, também pela sistemática que possibilita a contratação de pessoas físicas (que atendam os critérios definidos pelo município), se mostra eficiente no cumprimento das metas da saúde.

Ainda sobre o pessoal de apoio (enfermeiros e técnicos em enfermagem) e até que seja realizado concurso (o município não conta com recursos humanos, materiais e financeiros, momentaneamente para tanto, além do que estamos em um ano eleitoral), implica na melhor alternativa para as pretendidas contratações, até em razão de economia aos cofres, pois não originam décimos terceiros e férias, vez que o credenciamento divide os plantões entre todos os interessados.

**DO OBJETO**

Constitui objeto dos presentes estudos o credenciamento de profissionais médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem para prestação de serviços em regime de plantões presenciais, sob aviso, para Vaga Zero, acompanhamento em Vaga Zero e substituição.

**DA LEGISLAÇÃO REGENTE**

O objeto é regido pela Resolução Normativa TC/MS 88/2018 – Manual de Peças Obrigatórias que regulamentou o Credenciamento e pela Lei Complementar n° 050/2011, com as alterações introduzidas pelas Leis n°s 069/2014, 071/2014, 086/2017, 091/2017 e 099/2018, todas regulamentando os preços a serem praticados.

Também nos respaldamos na lei geral de licitações e em doutrinas, considerando que o assunto é bastante específico, pouco tratado por juristas mais tradicionais e ainda um tanto quanto inovador 9ainda que tenha previsão legal desde a edição da Lei 8666 de data de 1.993.

Sobre o tema vejamos o que prescreve o Manual de Peças Obrigatórias do TCE:



**DA ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES DO ÓRGÃO**

Observamos que o processo de contratação anterior -PROCESSO N° 110/2019 - CHAMADA PÚBLICA nº 002/2019, transcorreu nos termos da legalidade/regularidade, porém a secretaria demandante apontou algumas ações a serem melhoradas pela via do gerenciamento de riscos, que precisam de maior atenção na presente contratação e que sugerem medidas corretivas.

Não há observações formalizadas pelos fiscais do termo de credenciamento anterior e nem mesmo da gestora do instrumento – Secretária de Saúde, a serem registradas quanto a contratação que será alterada pela via deste novo processo, apenas verificou-se a necessidade de alterações para garantirem a melhor operacionalização da saúde.

Inobstante tais alterações pudessem ainda ser providenciadas pela via da republicação do Edital no interesse da administração, decidiu-se então pela construção de uma nova contratação com a inserção dos ETPs como melhor alternativa para o ente.

**DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

A contratação mais viável para o presente objeto é a indicada na Resolução 88/2018 do TC/MS, que resulta de inexigibilidade para o credenciamento de serviços, dada a evidente ausência de competição, porquanto todos que preencherem os critérios do Edital poderão ser contratados pela administração, mediante a distribuição igualitária dos plantões disponíveis e por preço previamente fixado, nos termos das leis municipais n°s 069/2014, 071/2014, 086/2017, 091/2017 e 099/2018, só podendo os valores serem reajustados através de lei, portanto, o tema já se encontra regulamentado no município.

**DA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA**

Os plantões credenciados serão distribuídos mensalmente e os profissionais deverão estar presentes (pessoalmente ou representados), constando de ata todas as ocorrências que possam alterar a demanda do período (por parte da administração ou dos credenciados).

A modalidade de credenciamento impõe a distribuição igualitária da demanda entre os credenciados e não garante um quantitativo fixo para nenhum deles, pois é sabido que novos interessados podem se cadastrar a qualquer tempo e que, da mesma forma, os ja credenciados podem se descredenciar também a qualquer tempo.

**DA ESTIMATIVA DO PREÇO**

Os preços dos serviços pagos foram aprovados por lei, após estudos da Secretaria de Saúde e para serem alterados precisam passar pelo mesmo processo legislativo da instituição dos valores, mediante justificativa.

|  |  |
| --- | --- |
| **SERVIÇO** | **VALOR UNITARIO** |
| Plantão Médico Diurno de Segunda a sexta-feira | R$ 850,00 |
| Plantão Médico Noturno de Segunda a sexta-feira | R$ 1.275,00 |
| Plantão Médico em Sábados, Domingos e Feriados | R$ 1.700,00 |
| Vaga Zero - Médico | R$ 600,00 |
| Plantão Sobreaviso | R$ 900,00 |
| Plantão de Enfermeiro | R$ 300,00 |
| Vaga Zero - Enfermeiro | R$ 230,00 |
| Plantão Técnico de Enfermagem | R$ 120,00 |
| Vaga Zero - Técnico de Enfermagem | R$ 185,00 |

No exercício anterior foi gasto com o presente objeto o valor de R$ 1.486.818,99 (hum milhão, quatrocentos mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e nove centavos)

Para a presente contratação estima-se o valor anual de R$ 1.511.250,00 (hum milhão, quinhentos e onze mil, duzentos e cinquenta reais).

**DA ESTIMATIVA QUANTITATIVA**

O atendimento será operacionalizado através de plantões de 12 horas e a quantidade necessária para o atendimento mensal e a consequente distribuição da demanda será conforme planilha abaixo, podendo ser alterado conforme ocorrências pontuais, considerando que a obrigação de cumprir com a demanda integral da saúde, é de responsabilidade do município:

|  |
| --- |
| MÉDICOS |
| PLANTÕES | DIURNO | NOTURNO | F. DE SEMANA | FERIADO | SOB AVISO | V. ZERO |
| Total | 266 | 266 | 217 | 21 | 53 | 130 |

|  |
| --- |
| ENFERMEIROS |
| PLANTÕES | DIURNO | NOTURNO | VAGAS |
| Total | 173 | 367 | 100 |

|  |
| --- |
| TÉCNICOS DE ENFERMAGEM |
| PLANTÕES | DIURNO | NOTURNO | VAGAS |
| Total | 860 | 1165 | 100 |

**D**

**DO GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A partir da contratação vigente, foram identificados alguns riscos e devidamente pontuados para ensejar no devido gerenciamento, senão vejamos:

* No momento da distribuição das demandas os profissionais não registravam interesse na desistência de plantões e desorganizavam toda a estrutura após a distribuição, muitas vezes impondo ao hospital a busca por um profissional para substituição (na maioria das vezes sem aviso prévio com tempo suficiente), onerando os esforços da administração e deixando os plantões desatendidos até a sua substituição.
* Problemas com horários também foram percebidos, atrasos que de igual forma, deixaram alguns plantões sem responsáveis até a chegada do próximo plantonista.

Para mitigar estes riscos verificamos algumas ações que podem surtir efeito de forma que sugerimos a inserção no Edital que quando o profissional não puder, por motivos pessoais, participar de algum ou de todos os plantões do período, deverá avisar a Secretaria de Saúde com antecedência mínima de dois dias e os plantões remanescentes deverão retornar para a distribuição.

O profissional escalado para realização de plantão presencial deverá ficar à disposição durante todo o período pré-definido por escala mensal e/ou até o próximo profissional escalado assumir o plantão, não podendo se ausentar antes da substituição devida, assumindo integral responsabilidade sobre qualquer ocorrência negativa até completar a carga-horária do seu plantão.

O profissional interessado em troca de plantões ou em não participa da integral dos rodízios mensais, deverá providenciar por conta própria a devida substituição.

Como o credenciamento também alcança os profissionais de apoio, enfermeiros e técnicos em enfermagem, os estudos denotaram que dada a existência de muitos cursos técnicos no mercado e a ausência de um parâmetro para avaliar a qualidade destes profissionais, muitas vezes o município pode credenciar profissionais despreparados para a prática cotidiana e ocasionar prejuízos a população e aos cofres públicos (dada a possibilidade de judicialização de demandas nesse sentido).

Dessa forma, como alternativa para a mitigação de riscos, a equipe subscritora verificou que a lei não cria óbices a exigência de experiência mínima a garantir um atendimento com maiores probabilidades de eficiência, para tanto se entende como necessário exigir dos profissionais de enfermagens e técnicos:

Certificado de conclusão ou matrícula de curso de urgência e emergência; **ou**

Experiência mínima de 03 meses em serviço de pronto socorro ou urgências e emergência, só valendo como comprovação para esta experiência profissional os serviços prestados nos últimos 3 (três) anos, haja vista a necessidade de atualização constante devido o grau de complexidade do serviço.

Observamos que os requisitos não podem ser cumulativos e que a imposição destes não deve limitar a concorrência e nem descredenciar os profissionais ja credenciados que estejam atuando no município por força do credenciamento anterior.

Também registramos a necessidade de instrução do processo nos moldes exigidos na legislação do Tribunal de Contas Estadual, a saber:



A comissão deverá atuar de forma atenta as ocorrências verificadas na execução do objeto, considerando que verificada a necessidade de alterações, o município poderá promover a republicação do edital e a consequente adequação às necessidade e interesse da administração.

Os fiscais dos termos de credenciamento também deverão atuar no acompanhamento vigilante da execução do objeto e relatar qualquer ocorrência que possa interessar a administração, à secretaria gestora do presente credenciamento, qual seja, a Secretaria de Saúde.

**DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Os estudos preliminares ora desenvolvidos evidenciaram que a contratação de profissionais da saúde (médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem), por meio do credenciamento solicitado, **apresentam VIABILIDADE**, nos termos então relatados.

Iguatemi-MS, em 31 de julho de 2020.

*Assinam o presente os membros da Comissão Especial Para Implantação dos Estudos Técnicos e do Gerenciamento de Riscos das Contratações, Portaria nº. 038/2020.*

**ANEXOS DOS PRESENTES ESTUDOS:**

Lei Complementar n° 050/2011, com as alterações introduzidas pelas Leis n°s 069/2014, 071/2014, 086/2017, 091/2017 e 099/2018;

Decreto de instituição da Comissão Especial de Implantação dos ETPs;

Decreto de Nomeação da Comissão Especial de Credenciamento.